

# PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIAS COM ÊNFASE EM PRÁTICA INCLUSIVAS



## ROBERTA COVRE GASPARINI

Graduação em Pedagogia pela Faculdade UNIFAI (2007); Especialista em Educação Infantil pela Faculdade FMU (2013); Professora de Educação Infantil no CEI Professora Anita Castaldi Zampirolo.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o planejamento e a adoção de estratégias pedagógicas com ênfase em práticas inclusivas, compreendendo o percurso histórico da educação especial no Brasil e sua relação com o desenvolvimento de políticas públicas e legislações que garantam os direitos das pessoas com deficiência. A partir de uma análise crítica, diferencia-se os conceitos de integração e inclusão, destacando-se o avanço conceitual que exige da sociedade e das instituições escolares adaptações que promovam a equidade e o acolhimento. O estudo também evidencia o papel fundamental da gestão escolar como articuladora de ações pedagógicas, administrativas e formativas que favoreçam a construção de um ambiente escolar inclusivo. Ressalta-se ainda a importância do Projeto Político Pedagógico como instrumento norteador das práticas escolares, devendo este refletir os princípios da educação inclusiva e promover a participação ativa da comunidade escolar. Com base em legislações nacionais e documentos internacionais, o texto reafirma o compromisso com os direitos humanos e a necessidade de um trabalho coletivo, contínuo e estruturado para a efetivação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão escolar; Educação especial; Gestão escolar; Planejamento pedagógico; Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o debate sobre a inclusão de pessoas com deficiência na educação básica ganhou força com o processo de redemocratização do país no final da década de 1980. Nesse contexto, pesquisadores, profissionais da educação e movimentos sociais tiveram papel fundamental para

que os princípios democráticos alcançassem todos, sem distinções. Esse momento histórico representou uma ruptura com o paradigma anterior, no qual o olhar sobre a pessoa com deficiência era centrado na limitação, e não em suas potencialidades.

É importante destacar que a visão social sobre a deficiência é construída historicamente e varia conforme os conhecimentos e valores de cada época. Por exemplo, entre a Idade Média e a Idade Moderna, predominava uma concepção religiosa punitiva, segundo a qual a deficiência era vista como um castigo divino. Nessa perspectiva, o ser humano ideal era fisicamente e mentalmente perfeito, à imagem e semelhança de Deus. Assim, pessoas com deficiência eram consideradas "imperfeitas", desumanizadas e, portanto, excluídas dos direitos assegurados aos demais.

Essas crenças deram origem a práticas de segregação, como o isolamento de crianças com deficiência por suas famílias, gerando marcas que ainda persistem. No entanto, a partir desse marco histórico, o Brasil começou a avançar gradativamente na direção de uma educação mais inclusiva. Para que esse direito se efetive plenamente, é fundamental o investimento em políticas públicas e na formação dos profissionais da educação.

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Esse contexto, nos convida a diferenciarmos dois conceitos importantes integração e inclusão. O primeiro diz respeito, a preparação da pessoa com deficiência para viver em sociedade, como por exemplo, primeiro o estudante era inserido na classe especial, e quando adaptado passaria para a classe regular, já a inclusão refere-se à modificação da própria sociedade para garantir os direitos das pessoas com deficiência. Em síntese, na integração o foco está no sujeito, já na inclusão a sociedade deve se adaptar para que todos, sem distinção, possam exercer a sua cidadania.

Isso não significa que essa questão esteja equacionada no Estado brasileiro, mas que nas últimas décadas temos investido através de diferentes legislações e políticas públicas que coloca no centro do debate os direitos das pessoas com deficiência tanto na sociedade como um todo, como também nos espaços educativos.

Esse cenário, também estabelece relação com documentos internacionais que tiveram papel decisivo e nortearam importantes conquistas para as pessoas com deficiência, tais como: a Declaração Universal dos Direitos do Homem pela ONU (1948); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); a Conferência Mundial Educação para Todos (1990), com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, com a Declaração de Salamanca (1994); a Convenção de Guatemala (1999) e a Carta do Terceiro Milênio (1999).

A promulgação da Constituição Federativa do Brasil aprovada em 1988, se constitui como um importante passo desse processo. O artigo 208, inciso III, dispõe que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Em 2006, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), define como público-alvo da educação especial, os educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, que atualmente, chamamos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e estudantes com altas habilidades e superdotação. Assegura ainda, currículo e métodos específicos; terminalidade específica para os estudantes que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, além de aceleração de estudos para os superdotados; professores com especialização adequada para atendimento especializado e formação para os professores da sala regular com vistas à inclusão dos alunos com deficiência às classes comuns; educação especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, e por fim, acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares.

Em 2008, foi publicado pelo Ministério da Educação (MEC), o documento intitulado: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, esta publicação é importante por inaugurar no cenário brasileiro um paradigma educacional fundamentado na construção de um sistema educacional inclusivo, por meio da articulação entre a escola regular e a educação especial. Por outro lado, parte da concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

Inspirada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), teve um impacto significativo na criação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar. O objetivo desta política é a escola para todos. Isto é, garantir que os alunos com deficiência sejam acolhidos e matriculados no ensino regular, e não mais excluindo-os das turmas comuns. Ademais, apresenta alguns princípios importantes para a garantia desse direito, tais como: transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Mais do que uma recomendação, é uma defesa dos direitos humanos, proporcionando o aprendizado e a interação de todos juntos, sem nenhum tipo de discriminação. É um desafio constante, afinal as redes públicas e privadas de ensino, precisam de uma completa transformação para que estes direitos sejam garantidos também na prática.

## **GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Inicialmente, por gestão escolar estamos nos referindo aos profissionais que são diretamente responsáveis pela gestão das escolas, cada estado e município adota nomenclaturas diversas para esses profissionais, contudo, comumente são chamados de diretor de escola, coordenador pedagógico e vice-diretor. No contexto dessa discussão, nos referimos a gestão escolar como um todo, por entendermos que a atuação desses profissionais deve se dar de modo articulado.

Nessa linha de entendimento Sage (1999), apresenta uma importante contribuição quando específica o papel do diretor de escola na educação especial, pois este profissional pode promover processos fundamentais, pois qualquer mudança não ocorre pela via da obrigação e sim pela facilitação. Ou seja, as mudanças necessárias para a garantia da inclusão necessitam de um líder capaz de encorajar e engajar o coletivo para esse importante trabalho.

É preciso destacar que o trabalho da gestão escolar é fundamental para a organização do trabalho pedagógico da escola, quando pensamos na educação especial, essa tarefa impõe mudanças importantes, pois a construção de uma escola inclusiva exige alterações na organização das escolas, na formação dos professores, nos procedimentos utilizados em sala de aula, entre outros aspectos.

Do ponto de vista da gestão democrática, Sant'ana (2005), destaca que a efetivação de uma educação de fato inclusiva, implica o envolvimento de toda a comunidade escolar, cada profissional com suas funções específicas necessitam estar implicados nesse processo. Logo, é papel da gestão articular as demandas administrativas e pedagógicas. “as funções do gestor escolar incluem a definição dos objetivos da instituição, o estímulo à capacitação de professores, o fortalecimento de apoio às interações e a processos que se compatibilizem com a filosofia da escola” (SANT'ANA, 2005, p. 228). Nessa perspectiva, a equipe gestora deve garantir:

Possibilitar que seu grupo de trabalho se constitua como uma comunidade inclusiva, que reflita sobre a própria prática desde o planejamento até o desenvolvimento do trabalho efetivo com os estudantes;

Garantir que a equipe da escola atue de forma cooperativa, possibilitando momento de troca de saberes e processos formativos que promovam e evolução do grupo;

Fortalecer os processos de comunicação e diálogo com a comunidade e com as famílias dos estudantes;

Tematizar a prática desenvolvida cotidianamente.

Para orientar o trabalho da equipe gestora, é preciso organizar algumas ações que tenham como objetivo sistematizar as ações coletivamente, tendo como foco a garantia da inclusão, para tanto indicamos práticas pedagógicas, como adaptação do currículo de modo que todos tenham acesso ao conhecimento proposto pela escola, garantindo suas especificidades, possibilitar formação continuada para todos das equipes gestora, de professores, de apoio, à comunidade educativa, todos devem estar envolvidos na garantia dos direitos de todos, na retirada de barreiras impeditivas e na construção de uma política educacional inclusiva.

## **A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

“O projeto político-pedagógico pode ser comparado, de forma análoga, a uma árvore. Ou seja, plantamos uma semente que brota, cria e fortalece suas raízes, produz sombra, flores e frutos que dão origem a outras árvores, frutos. Mas, para mantê-la viva, não basta regá-la, adubá-la e podá-la apenas uma vez”. (LIBÂNEO, 2004, p. 152).

Primeiramente, é preciso conceituar o que estamos entendendo por Projeto Político Pedagógico (PPP) e quais legislações o ampara. A Constituição Federal de 1988, no artigo 206, e a LDB nº 9.394/1996, no artigo 14, estabelecem os princípios da gestão democrática na Educação pública e a participação de seus profissionais e da comunidade na elaboração do Projeto Pedagógico.

A LDB nomeia esse documento como “Proposta Pedagógica”, apesar de diferentes nomenclaturas, há uma ampla defesa do termo Projeto Político Pedagógico, considerando o significado de cada um desses termos. Projeto – refere-se um documento escrito, público e oficial que registra as metas, objetivos, estratégias e métodos que serão adotados pela escola; Político – refere-se à função social da escola a partir de um debate democrático e participativo; Pedagógico – refere-se à principal função da escola: a formação humana nas suas diferentes dimensões.

Do ponto de vista conceitual, o PPP é um documento que norteia a organização do trabalho pedagógico e a atuação cotidiana de todos os profissionais implicados com a educação. A construção desse documento deve envolver as especificidades e características da comunidade atendida e revelar o histórico da escola, a sua identidade, as crenças e os valores que sinalizam o seu trabalho, além de projetar ações e refletir sobre os processos de ensino e aprendizagem, de modo a garantir a equidade.

Segundo Veiga (1995), o PPP deve pautar-se naquilo que a escola possui de particular e específico, considerando os limites, recursos materiais e humanos, para que mapeie as suas necessidades que visando a sua superação.

Devem participar da construção e da necessária revisão constante, os alunos como o público alvo de todas as ações da escola; os docentes, pois são os responsáveis diretos pelo processo de ensino e aprendizagem; os gestores, como agentes que lideram e organizam o trabalho cotidiano da escola; os diferentes funcionários, que devem ser entendidos como educadores, pois o trabalho que desenvolvem é fundamental para o cumprimento dos objetivos da escola; as famílias, pois compartilham juntamente com a escola a educação de seus filhos; a comunidade educativa em geral, diferentes sujeitos e entidades que se envolvem de forma direta ou indiretamente no trabalho da escola.

O PPP tem o potencial de se constituir como um elemento que favorece a participação de todos, por isso deve ser publicizado, por apresentar finalidades da escola e como todos podem colaborar com esse processo. Segue abaixo, alguns princípios fundamentais que devem situar o PPP na escola:

- a) o processo de construção deve pautar-se por uma perspectiva participativa das decisões;
- b) a organização do trabalho pedagógico deve garantir amplo debate de ideias, inclusive desvelando os conflitos, negociações e contradições;
- c) garantir princípios que prezem pela autonomia, solidariedade e incentivo à participação dos diferentes agentes para o fortalecimento da gestão democrática da escola, com vistas a construção de um projeto comum e coletivo de educação;
- d) organizar coletivamente um plano de ação em que se aponte os caminhos necessários

para a superação dos problemas, considerando as especificidades e características locais.

e) explicitar os princípios e concepções do grupo, bem como o compromisso com a formação do cidadão.

Nesta esteira, como o PPP pode se articular com a perspectiva da educação inclusiva? Entendemos que os princípios e valores expressos neste documento, deve articular-se a partir do respeito a diversidade e a valorização das diferenças, e deve ser coerente com uma proposta de educação para todos. Ou seja, os mesmos princípios que apoiam a proposta de educação democrática e participativa, também se adequam às propostas inclusivas na educação em todos os seus níveis e modalidades. Assim, faz-se necessário alterações na organização pedagógica, na integração das áreas de conhecimento, as metodologias utilizadas, dos processos de avaliação mais diversificados que prezem pelas especificidades e características de cada estudante.

Outro aspecto importante que o PPP necessita explicitar, refere-se à articulação necessária entre o professor da sala regular e o professor do atendimento educacional especializado (AEE), este último é um conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes público-alvo da educação especial, matriculados no ensino regular. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (BRASIL, 2008). Considerando a atuação do professor da sala regular e do atendimento educacional especializado é importante que o PPP explicita a organização desse trabalho e as possibilidades de articulação.

Nessa linha de raciocínio, o PPP é um documento vivo que reflete a realidade e o contexto em que a escola está situada, no entanto, deve explicitar os fundamentos e princípios que de fato devem convergir com uma perspectiva de uma educação para todos e efetivamente inclusiva. Assim, sendo, a inclusão passa a ser vista como uma possibilidade de inserção total dos estudantes. Esse sujeito é parte do processo e a proposta pedagógica precisa contemplar ações que possibilitem sua plena inclusão e a garantia de sua aprendizagem.

## **FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Para que possamos garantir uma educação de qualidade é preciso investir cada vez mais na formação do professor, qualquer mudança pretendida não ocorrerá sem a ação qualificada desse importante ator. Pois, é ele que no cotidiano da sala de aula interage com o estudante com deficiência, por isso a preocupação com a sua formação. Diferentes documentos que organizam a educação especial, apontam a formação docente como um aspecto fundamental para a garantia de uma educação de qualidade. A esse respeito a Declaração de Salamanca (1994, p.2), assegura que os governos devem possibilitar “programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas”.

Sob outra perspectiva, a LDB (1996) além de garantir formação em nível médio ou superior para o atendimento educacional especializado e professores da sala regular capacitados para a

inclusão dos estudantes nas salas regulares, especifica que uma formação docente para efetivação da inclusão escolar é de responsabilidade dos sistemas de ensino. Em contrapartida, o cenário atual revela para uma lacuna na formação inicial dos futuros professores, e tal fato significa uma dificuldade importante para a efetivação da inclusão escolar.

É sabido que o professor necessita ter uma base sólida de conhecimentos para uma atuação mais qualificada com os estudantes com deficiência, contudo, Poker e Milanez (2015), falta instrumentalização para que este profissional possa planejar o seu trabalho, de forma a atender plenamente as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da educação especial. Em sentido complementar, aponta que em muitos casos, os professores recém-formados saem da universidade com ideias equivocadas e simplistas a respeito do paradigma da inclusão social e educacional, diminuindo o conceito de inclusão a matrícula dos alunos com deficiência na sala regular (POKER, 2003).

Frente a esse desafio, os currículos de formação dos futuros professores devem contemplar disciplinas específicas da temática da inclusão, mas estas necessitam ser discutidas de forma transversal as demais. Essa proposição contribui para que a educação especial não seja discutida de forma fragmentada, logo esse debate perpassará por todo processo formativo dos futuros professores.

Em complemento, é necessário também tematizar prática, ou seja, os graduandos devem ter oportunidades reais com os estudantes com deficiência, através dos estágios, por exemplo. Esse processo deve ser planejado e intencional para que essa experiência possa promover uma base sólida de conhecimentos. Para que posteriormente, essas vivências possam contribuir para a problematização das práticas pedagógicas, e assim, possam compreender que as diferenças se constituem como um aspecto positivo no ato educativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse sentido é preciso que o docente, direcione seu trabalho para a compreensão da diversidade, possibilitando a aprendizagem dos estudantes, bem como respeite suas necessidades individuais, constitui e integra uma sólida formação. Este profissional deve lançar mão de instrumentos necessários para o desempenho satisfatório de suas atribuições, e ter a capacidade de problematizar a própria prática e refletir criticamente sobre ela.

Os professores são muito importantes neste processo, não sendo os únicos sujeitos que devem estar preparados para atuar com essa diversidade, pois todos da escola devem se comprometer com esse processo, todavia os professores devem ser capacitados para desenvolver conteúdos adequados para atender as crianças com deficiência e valorizar a educação inclusiva, organizar e flexibilizar a sua pedagógica de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem de cada indivíduo e ter a capacidade de atuação colaborativa.

Para tanto a formação inicial e a formação continuada são elementos que contribuirá com a prática do professor, que já não trabalha com a ideia de práticas homogêneas, mas de pluralidade

e diversidade dos sujeitos em suas diversas experiências de vida, dentre elas o que estamos pausando nessa discussão, que é a inclusão dos estudantes com deficiência.

Ao refletir sobre a formação continuada retomamos ao indicado na RESOLUÇÃO CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que rege a organização dos cursos de professores(as) e aponta que além dos conhecimentos que são referências fundamentais para o trabalho com a educação básica, é premente que esse(a) educador(a) tenha “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais...”. Defendemos que essa formação continuada se der com estudos de caso, palestras, seminários, cursos, formação que irá ampliar o repertório formativo do(a) educador(a).

Também se faz necessário que todos os espaços educacionais tenham condições de atender e garantir aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades o acesso ao currículo, ao diversos conhecimentos que são construídos historicamente e aos direitos que são de todos, pensando inclusive em práticas de equidade, pois para as crianças com deficiência, é preciso pensar estratégias e ações diferenciadas, garantindo que o verdadeiro conceito de equidade, para tanto é preciso revisitar práticas excludentes, estudar para planejar a interação, propiciar amplas discussões, pois não é uma tarefa fácil pensar em diversidade, é uma tarefa que envolve e compromete a todos em um processo que não se finda com a formação inicial, mas que exige rever antigas práticas e estar aberto a novas aprendizagens cotidianamente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

**DECLARAÇÃO de Salamanca sobre Princípios, Políticas e práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em, <http://portal.MEC.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso 10 de maio 2025., 1994. 643p.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

POKER, R. B.; MILANEZ, S.G.C. **Formação do professor e educação inclusiva: análise dos conteúdos dos cursos de pedagogia da Unesp e da USP**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 10, p. 703-718, 2015. Especial. Disponível em: . Acesso 08 mar. 2025.

POKER, R. B. **Pedagogia inclusiva: nova perspectiva na formação de professores.** Educação em Revista: formação de profissionais na educação, n. 4, p. 39-50, 2003.

SANT'ANA, Izabella M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago., 2005.

SAGE, Daniel D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo.** In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.

SANTOS, L. L. C. P. **Dimensões pedagógicas e políticas da formação contínua.** IN: VEIGA, I. P. A. (org.). **Caminhos da profissionalização do magistério.** Campinas: Papyrus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos.(org.) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papyrus, 1995 – (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).